



A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL E O DESAFIO DE REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO FACE AO DISCURSO DO DESENTENDIMENTO

New social mapping and the territory of representative to face challenge speech misunderstanding

El nuevo mapa social y el reto de representar el territorio se enfrentan al discurso de desacordo

Jessica Maria Barros da Silva¹

RESUMO

Partindo da discussão do modo como é construído os conceitos de território e espaço dentro do que se concebe como nova cartografia social, tento neste artigo relativizar as formas de representação do espaço pela via das concepções de Ranciere sobre desentendimento. Entendendo esse conceito enquanto uma via de mão dupla, que ao mesmo tempo em que obstaculiza a percepção de situações sociais pela cartografia diante do poder de coerção do Estado, possibilita ao mesmo tempo entender uma rede de relações introduzidas por uma economia que visa o desenvolvimento/desenvolvimentismo a partir da apropriação do espaço pelos agentes privados, colocando os agentes sociais presentes nos território, sob uma situação de conflito em seus próprios espaços, para isto, problematizo ainda as articulações apreendidas pelas estratégias empresariais que em sua maioria são legitimadas e endossadas também pelo Estado, quando este lhe compete interesse, mesmo que para isto possa se fazer por desentendido um terceiro grupo, representado pelos agentes sociais que se fazem presentes na área que será apropriada por esse capital.

Palavras chave: Agentes sociais, Conflito, Discurso, Estado.

ABSTRACT

Starting from the discussion of how it is built the territory of concepts and space within what is conceived as a new social mapping, try this article relativize forms of representation of space by means of Rancière's views on misunderstanding. Understanding this concept while a two-way street, at the same time obstaculiza the perception of social situations by mapping on the state coercive power, enables the same time understand a network of relations introduced by an economy aimed at developing / developmentalism from the appropriation of space by private agents, putting the social actors present in the territory in a conflict situation in their own spaces for this and questioning even the joints seized by the business strategies that are mostly legitimate and endorçadas also by State when it competes interests, even if for this may be done by quarreled a third group, represented by social agents that are present in the area that will be appropriate for that capital.

Keywords: social agents, Conflict, Speech, State.

RESUMEN

A partir de la discusión de cómo se construye el territorio de los conceptos y espacio dentro de lo que se concibe como un nuevo mapa social, trata este artículo relativizar las formas de representación del espacio por medio de puntos de vista de Rancière sobre malentendido. La comprensión de este concepto, mientras que una vía de doble sentido, al mismo tiempo, obstaculiza la percepción de las situaciones sociales mediante mapeo en el poder coercitivo del Estado, permite al mismo tiempo comprender una red de

¹ Mestranda pelo Programa de pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, Email: jessicabarros2010@hotmail.com



relaciones introducidos por una economía dirigida a desarrollar / desarrollismo de la apropiación del espacio por parte de agentes privados, poniendo los actores sociales presentes en el territorio en una situación de conflicto en sus propios espacios de esta y cuestionando incluso las articulaciones incautados por las estrategias de negocio que en su mayoría son legítimos y también por endorçadas Estado cuando compite intereses, incluso si para esto puede ser hecho por un tercer grupo referido, representada por los agentes sociales que están presentes en el área que será apropiado para que el capital.
Palabras clave: agentes sociales, Conflicto, Discurso, Estado

ESPAÇO, TERRITÓRIO E FORMAS DE REPRESENTAÇÃO NA NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

O espaço é um elemento múltiplo, como defende Massey (2009), nele, combinam e divergem diversos elementos, configurações conectas que o produzem, na medida em que ocorrem o seu desenvolvimento. De modo que para que possamos correlacioná-lo, devemos em primeira análise considerar as relações que o constituem. Para Santos (2008, p. 28) ao definir espaço entende-se que “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos, e de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”.

Neste âmbito, cabe entender a maneira como esse conjunto é articulado, como é organizada essa estrutura e seus sistemas de representação. Entretanto, o modo como pensamos o espaço e como esta mesma categoria é interpretada no mapa, são distintos. Neste último, aspectos como a técnica são considerados em primeiro plano e prioritários em contraste ao núcleo social desse recorte. Massey (2009) ao debater sobre o modelo clássico do mapa, efetua uma crítica a respeito do uso do mesmo enquanto transporte de subjugação do espaço, pois ele é ao mesmo tempo, segundo sua perspectiva “uma ferramenta cristalizada”. Essa subjugação se dá pelo uso do “questionamento” que aparece como algo meramente relacional à “localização”, ele é, portanto, visto como uma organização de dados geográficos.

Deste modo, tomar o mapa que se utiliza da visão vertical, como imutável, onde a coletividade é tida como um elemento a parte do conjunto de aspectos que constituem o objeto cartográfico, equivale a deturpar o próprio processo de desenvolvimento do território, visto que uma gama de interconexões presentes nessa estrutura reformula-se constantemente pela relação espaço – tempo. Contudo, é importante ressaltar que:

Nem todas as visões do alto são problemáticas – são apenas outra forma de ver o mundo. O problema aparece apenas se começarmos a pensar que aquela distancia vertical nos traz verdade. A forma dominante de mapeamento, porém, coloca o observador, ele mesmo não observado, fora e acima do objeto do olhar. (MASSEY, 2009, p.160).

Cabe notar que, ao passo que o mapa passou a ser visto como uma representação cabível de interpretação com base a ser trabalhado também a partir de seu interior, teóricos tais como Derrida e Huggan, emergiram na defesa da ideia de desorganização do mapa ocidental clássico. Eles contestam a estrutura



desses mapas e apontam os pontos cegos despercebidos internamente, assim como criticam o mapa clássico enquanto um “modelo” que tem a obrigatoriedade de ser preciso, fixo. Nesta questão, a inter-relação com o espaço torna-se evidente novamente, é preciso entender o espaço como um ambiente complexo, carregado de interconexões, em ocasião das dinâmicas relacionadas, assim como é proposto na construção situacionista dos mapas que “buscam expor as incoerências do próprio espacial” (MASSEY, 2009, p.162).

A defesa por esta desconstrução do mapa encontra uma base proeminentemente coerente de observarmos que intrínseco a construção temporal das primeiras elaborações cartográficas, é possível tentar correlacionar, que a semelhança da espacialização, o mapa também é um elemento dinâmico, sendo passível de reformulação, onde se podem compreender as histórias próprias e paralelas a sua construção, embora as tecnologias de poder tenham o limitado, retirando a vida dessa representação. Uma releitura desta produção de mapas nos permite entender o quão inovador foi o seu aparecimento para o domínio cartográfico, ao mesmo tempo em que sua estrutura remetia a uma singularidade da desconstrução do espaço.

Com o advento da Nova Cartografia o conhecimento geográfico dessa vertente passa a ser fragmentado em prol da ampliação desses conhecimentos, agora com novos critérios evidenciados pela dinâmica da produção cartográfica e pela mobilização dos agentes sociais.

(...) verifica –se que, tanto o conceito corrente de cartografia, quanto as relações espaciais que caracterizam historicamente o conceito cartográfico de território, estariam conhecendo atualmente uma certa dispersão e passando por transformações profundas. Por serem muito recentes e complexas, redefinindo, inclusive as teorias acerca da categoria espaço, reconceituando o território e indagando quem é o sujeito de sua extensão. (ALMEIDA, 2013.p. 160).

E é nesse compartilhamento da vida social pela confrontação das estruturas plurais que a Nova Cartografia emerge, posicionando-se a favor da descrição da consciência de fronteiras através da relativização dessas trajetórias. A esquematização do aparato organizativo da nova cartografia em contraposição as formas de descrição das particularidades tradicionais do território, visa numa primeira escala defender o plano cartográfico enquanto uma prática dinâmica e múltipla, atrelado a variáveis que relacionem a participação social na construção do território. Sob este, sistema, o trabalho de campo seria a ferramenta da elaboração etnográfica. Sobre este posicionamento Almeida (2013) enaltece que:

A proposição de uma nova cartografia social enquanto orientadora de prática de pesquisa, distingue-se do sentido corrente do vocábulo “cartografia” e não pode ser entendido como circunscrevendo a uma descrição de cartas ou um traçado de mapas e seus pontos cardeais (...) (ALMEIDA, 2013, p. 157)

O embate dos interesses do Estado com a reformulação da cartografia dar-se-á de modo evidente, no que concerne à própria construção das representações uma vez que o território passa ao domínio da

experiência, marginalizando de certa forma as estruturas que até então se apresentavam como regras circunscritas pelos agentes de poder.

O reconhecimento de comunidades tradicionais pelo Estado passa a ser a busca primordial das associações e movimentos sociais, visando à adequação de direitos políticos e étnicos aos quais as leis os asseguram, consubstancialmente a isso, a nova cartografia interage de modo a entender essa dinâmica e a buscar estabelecer junto a construção da trajetória dos movimentos seu objeto.

Desta forma, é através da redefinição da Cartografia por meio de um mapa que trabalhe “não somente a diversidade social e a multiplicidade de seus respectivos pontos de vistas e práticas, mas, sobretudo uma situação de conflito e um conhecimento intrínseco as realidades locais, tanto agrupando como distinguindo” (ALMEIDA, 2013, p. 158) que se permitirá entender por meio de um discurso pautado na relação proximal dos indivíduos que compõem o espaço os obstáculos enfrentados na construção e permanência das identidades coletivas de cada grupo.

A QUEM CABE A REPRESENTAÇÃO?

Falar de território implica o entendimento de uma genealogia bem mais complexa que apenas uma delimitação embasada em critérios políticos, como apontado nas clássicas formas de agrupamento e classificação dos recortes espaciais. Sob um panorama mais amplo, é possível entendê-lo em uma concepção de modelos que ordenam e orientam as práticas que são desencadeadas em seu contexto. Dentre as ideologias que estruturam a concepção de território cabe notar a orientação estabelecida pelo caráter econômico historicamente atrelado ao contexto social. Nele é possível entender a intensidade dos processos que centralizam, expandem e revolucionam o processo de produção do território, as barreiras e os desequilíbrios que coexistem nas etapas de estruturação geográfica (HARVEY, 2005).

Contudo, é notório mencionar que no jogo de construção da identidade no território, política e cultura, são elementos extremamente opostos, o que acaba por dificultar a inserção do que é entendido como “novo” também para a cartografia. Visto que a relação conflituosa com o poder é notoriamente algo evidente, pois uma nova delimitação que busque centralizar a perspectiva dos agentes sociais contrapõe-se em sua maioria aos marcos estabelecidos pelo capital.

O Estado – nação - moderno e sua constante busca pelos objetivos de classe passam nestes termos, a favorecer a formação de um território motivado pela busca de capital, onde passam-se a refletir os interesses não apenas locais, mas dos grupos que interage nesse paradigma. A hierarquização do que é visto como interesse pelas ações do Estado, passa então a assumir um papel primordial para entendermos como são estabelecidas as políticas de apropriação do espaço pelo viés econômico, uma vez que os interesses



econômicos são em sua maioria os elementos que impulsionam a transformação do território e consequentemente das relações sociais nestes inseridas.

Contemporaneamente essa apropriação do espaço pela via econômica se materializa por exemplo a partir da instauração de uma política de abertura do Estado aos interesses privados, de modo que estes passam a interagir no território de modo a transforma-lo por fazerem crer que suas ações são sinônimo de desenvolvimento/ desenvolvimentismo.

Entretanto, nem sempre essa relação entre agentes privados e agentes sociais é pacífica, e isto se deve ao modo como é articulada a política que perpassa a instituição de um planejamento que relaciona as práticas do que é objeto por exemplo, para os grandes empreendimentos e do que passa a ser definido como significativo para o Estado. Essa definição por sua vez, passa por um conjunto de estratégias que considera em uma certa medida o interesse de ambos. Porém, isto não significa que um terceiro grupo (constituído pelos agentes sociais presentes no território) sejam ouvidos, na medida em que se efetiva essa relação de troca entre capital privado e Estado.

Assim, a noção de estratégia (MAINARDES, 2011) que traz consigo o entendimento de planos de ação, como uma forma operacionalizada, organizada, pode ser interpretada por um viés duplo. Pela via dos discursos que verberam na sociedade contemporânea através das lógicas de apropriação do espaço pelo capital privado, assim como, pela apreensão da vida, que passa a ser vista como algo que deve ser gerenciado, administrado, normalizado e que se faz intrínseco a constituição que Estado, diante do estabelecimento dessas “normas” o faz através do seu poder de polícia (DUARTE, 2013).

O poder de polícia, que o Estado se utiliza para fundamentar suas ações legalmente, passa a empregar um efeito de violência aos agentes sociais presentes em um determinado território na medida em que impõe o controle, assim como também quando este se utiliza do poder persuasivo que o mesmo possui, ao dar legitimidade a projetos de grande impacto, que amedrontam os mesmos.

Do mesmo modo, neste contexto em que a vida é observada como um elemento político no território, os “usos” dos agentes sociais também passam a ser incorporados como dispositivos estratégicos, que legitimam essas práticas, onde as falas agentes ou são cooptadas, ou vistas pela ideia do dizer “branco” em analogia a Ranceire (1996), e isto em grande parte, se atribui a condição que o Estado detém, por meio exatamente desse controle que Duarte (2013) aponta.

Essa perspectiva de controle do território que acaba sendo empregado pelo Estado, semelhante a ideia do mapa clássico que apenas representava o espaço de modo fixo, sem considerar suas particularidades, é uma das grandes dificuldades de se representar o território. A relação econômica, e, sobretudo o poder de polícia que o Estado possui, acaba se constituindo em uma das maiores dificuldades de

se representar território pela cartografia social, pois as formas de violência simbólica que são empregadas por estes acabam emergindo enquanto barreiras por se fazerem desentendidas frente as particularidades/as situações sociais, que por exemplo o desdobramento de uma grande atividade econômica possa condicionar aos agentes sociais presentes nos territórios.

Essa relação de incoerência, por vezes está aliada ao desentendimento que se processa nos territórios, em virtude de na maioria dos casos as empresas veicularem as informações a respeito de seus estabelecimentos no território de forma preliminar apenas ao Estado. Essa reunião dada pelo estabelecimento do conflito permite ainda, centrar em uma mesma discussão os agentes sociais que antes eram desentendidos, pois o “branco” argumentado, se fazia ouvir apenas como “ruídos”/sons, diante do “branco” publicizado pelos grandes empreendimentos. Conforme expõe Ranciere (1996, p. 12) “Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro”.

A apreensão do desentendimento surge desta forma como uma ponte para se compreender as políticas de planejamento presentes no enquadramento do cenário social, e neste preâmbulo a ideia de conflito passa assumir uma importância significativa, no que tange a interpretação de quem cabe esse direito de representação, que é orquestrado pelas estratégias empresariais e pelo poder biopolítico do qual Foucault aponta ao se falar da figura do Estado.

Conforme explicita Simmel (1983), embora nunca tenha sido questionado, o caráter de conflito possui sim a sua importância, e é ressaltado na medida que o dissenso rompe com a forma de perceber as situações que os agentes sociais se encontram expostos. E é neste ponto que esses mesmos agentes até então invisibilizados pelo desentendimento, passam a buscar suas próprias expressões em contraposição ao consenso que se pregava pelas políticas de Estado.

Um outro ponto que cabe ser ressaltado diz respeito ao próprio modos dos agentes sociais se perceberem em seus territórios a partir da emergência do conflito, pois o modo se posicionar frente ao conflito, também reflete uma condição interna do grupo. Onde por exemplo, comunidades que se encontram em zonas de grande tensão com relação a impactos gerados pelo Estado/ Capital privado, apresentam uma capacidade de mobilização bem mais expressiva e intensiva, na busca exatamente do reconhecimento de seus direitos, de suas falas, que estas passem a serem ouvidas não mais como sons ou ruídos por quem não as entendiam. Em contraposição a grupos se porventura estejam expostos a impactos, mas que ainda não possuam entendimento sobre a fala do “branco” que esteja sendo discutida pelo Estado/Capital privado.

O DISCURSO COMO UM PODER LEGITIMADO

Em um primeiro momento pode parecer pretensão tentar entender a natureza do conflito apreendida pelos discursos do desentendimento apresentadas por Ranciere (1996) no contexto de viabilização das práticas do capital privado. Entretanto esta noção se faz bem mais clara se tomarmos essa interpretação pelo viés do modo como Estado é acionado pelo próprio capital privado representado pelas empresas, bem como, também, se notarmos que há um jogo de interesses acentuados também pelo Estado, quando legitima essas ações, diante do poder deliberado que possui.

Essas ações são acentuadas pela existência de discursos pautados no caráter desenvolvimentista das relações espaciais e das representações econômicas. O mesmo, quando posto em prática, converge no impulso e alardeamento do domínio desse poder político, posto em pauta pelas políticas de abertura do Estado, corroborando para que as empresas atuem de modo naturalizado no território. Registra-se que a lógica dos mecanismos de poder, do que eu compreendo como “velha sabedoria do Estado” se inter-relaciona com o “novo” posto pela dinâmica socioespacial nesta fase, dado pela flexibilidade das ações do Estado ao se adequar em uma nova prática que também é sua.

Essa abertura, em sua maioria está condicionada também por uma relação de dependência econômica, efetuada entre esses grandes empreendimentos, o Estado e as prefeituras, de modo a tentar equacionar os interesses de ambas as partes. Diante disto, a exploração desse posicionamento por parte das grandes empresas pode ser compreendida pela busca por uma aproximação com o lugar² ao passo que seus interesses são apresentados de forma horizontalizada como uma relação benéfica a sociedade, tendo em vista o processo de ancoragem territorial³.

A ancoragem territorial das empresas enquanto estratégia, dá ao capitalismo uma expressão de espacialidade econômica, onde as localidades passarão a disputar através da quebra de barreiras físicas - que é configurada por meio do relacionamento econômico com o Estado - dinamizar a economia pela introdução de uma grande atividade econômica, cuja a concessão de vantagens é por exemplo apenas um dos argumentos que se dispõe para a fixação de um grande empreendimento.

Neste discurso é notório observar que o Estado passa a delegar ao capital privado uma função não apenas relacional entre economia, mercado, e esfera pública, mas a incorporação funcional das ações da empresa como interesse também do território. É importante frisar também que o território, ao ser analisado de

² O conceito de lugar tomado para este estudo baseia-se na interpretação de “efeito de lugar de Pierre Bourdieu 2008, p160, segundo o qual “o lugar pode ser definido absolutamente como um ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontra situado (...) o lugar ocupado pode ser definido como uma extensão, a superfície e o volume de um indivíduo (...).

³ De acordo com Arruda 2007 ancoragem territorial seria o embasamento dado pelas relações territorialmente construídas é o que sustenta a ação da empresa.

modo horizontalizado pelos grandes empreendimentos pela via das “contribuições” sociais, por vezes não é interpretado tendo em visto a consideração de suas particularidades.

Do mesmo modo, cabe mencionar que ao tentar se estabelecer em uma determinada área as empresas criam um ambiente que tenta convencer que suas ações são promissoras aos espaços e ao Estado em um primeiro momento, o que Pereira (2007) denomina “psicosfera”. E isto, é claro, não envolve considerar o modo como esta modifica as relações de outrora se fazem presentes no território, condicionadas à realidade dos agentes sociais e a intervenção dos grandes empreendimentos nos ambientes em que se instalam.

Pois, assim como exposto por Ranciere (1996) ao falar sobre a noção de desentendimento, no discurso empresarial, o que se constitui interesse para “X” distingue-se do que seja interesse para “Y”. Nesta relação, os interesses dos agentes sociais presentes nos territórios em que existem grandes empreendimentos, passam a ser interpretados por uma visão que distancia o que seja visto como “necessário” os mesmos em detrimento de um interesse maior, cuja valoração é apoiada pelo próprio Estado, e endorçada por esse afim de visar o atendimento do que lhe compete.

A noção de desentendimento, tal qual explicita novamente Ranciere (1996) seria dada então, em analogia aos discursos empresariais apoiadas pelo Estado em detrimento dos agentes sociais, em que estes primeiros tentam contemplar em suas falas os interesses desses últimos com base em interpretações suas. Para ele “O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa (...)” (RANCIERE, 1996, p. 12).

Apenas para citar de forma breve, um exemplo desse desentendimento, pode ser observado no que se refere a implantação do gasoduto Gavião Branco no território Bom Jesus situado no município de Lima Campos- MA. Nele o discurso de legitimação da empresa que operacionaliza as instalações da obra é dada pelo próprio governo do Estado do Maranhão, e reforçado por meio de slogans, assim como pelo uso da fala, onde se publicisa a importância da descoberta de gás natural, apoiando-se desta forma um discurso que também é de uso da empresa.

Dada essa legitimação, o dizer “branco” que Ranciere (1996) se refere, se encontra pelo uso do território pela empresa, ao se fazer desentendida diante dos efeitos das obras de instalação do gasoduto para com agentes sociais do território Bom Jesus. Ao afirmar não haverem maiores impactos embora estes já venham ocorrendo, visto que não apenas os impactos físicos das obras devam ser considerados, mas, sobretudo os efeitos sociais acarretados com as obras do mesmo.

Partindo desse pressuposto, caberia então permitir condições de fala a esses interlocutores de modo a permitir elucidar as próprias relações conflito que se estabelecem na estrutura social. Porém a realidade que aproxima os grandes empreendimentos das situações sociais por eles produzidas, ainda trás consigo uma série de prerrogativas que não envolvem apenas pensar o plano local, e que acabam dificultando essas condições de fala, uma vez que os conflitos produzidos reúnem uma série de atores e posicionamentos que se articulam e se opõem exemplo disso, são como citei, os argumentos de possibilidade de desenvolvimento, que em alguns casos acabam colocando os agentes sociais uns contra os outros, por terem opiniões distintas acerca dessas questões.

De outro modo, defesa de interesses diferenciados, pelos movimentos sociais em busca dessas condições de fala, de representação, passam a categorizar-se enquanto uma formação política revestida racionalmente por mobilizações de eixo comum, econômico e político em prol do local. De encontro a esse pensamento os movimentos sociais surgem como estratégia de consolidar a organização dos grupos, passando a desdobrar-se como uma esfera integrada a estes ao mesmo tempo interage junto ao estado.

Dito isto, vale frisar, que bem mais que ressaltar a reformulação de fronteiras, quando se pretende trabalhar um novo posicionamento acerca da configuração territorial, é estabelecido consubstanciado a essa cadeia de procedimentos a defesa pelo direito do indivíduo a sua identidade, processo pelo qual a idéia da construção do grupo, passa a ser legitimada como um aspecto fundamental do território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espaço, território são categorias que embora distintas, interagem mesmo que indiretamente, ao encontro de uma mesma compreensão do real. Neles é possível compreender como é desenvolvido o processo de produção das relações sociais, aqui direcionadas por figuras ideológicas de apropriação geográfica do espaço, traduzidas pelo mapa e pelo Estado.

Ambos, se refletidos de modo paralelo e clássico, mostram-se como elementos de dominação, pois delimitam realidades, seja em contextos amplos ou locais, e implicam uma série de transformações que coagem e conflitam os grupos inseridos, principalmente no que diz respeito aos grupos marginalizados da dinâmica econômica capitalista, as ditas comunidades tradicionais.

Paralelo a essa discussão, a noção de desentendimento da qual me detive durante a construção desse texto buscou tentar apontar argumentos que explicitassem o modo como esses agentes sociais coagidos em situação de conflito, passam a ser despercebidos diante das estratégias que os grandes empreendimentos se utilizam em suas práticas. Ou quando o são, como eles passam a ser incorporados também enquanto elementos estratégicos de apropriação do espaço pelo capital privado.



O lado mais incongruente dessa relação se dê talvez, por meio da importância que o Estado passa a conferir a estes mecanismos, imprimindo aos mesmos uma fundamentação a partir da legitimação dos seus discursos, por mais que estes não levem em consideração os agentes que se encontrem dispostos acima de um recorte do território, que diante do interesse das empresas passará a ter uma nova funcionalidade, um novo uso.

Que erroneamente é deliberada como interesse público, por mais que o próprio “público” não tenha de imediato um posicionamento a respeito das atividades que por ventura passarão a serem desencadeadas com a instalação/vinda de um empreendimento. De outro modo, mesmo que o tenham por vezes essas vozes ainda são tidas apenas como ruídos.

Com relação introdução da nova cartografia e as dificuldades que se apresentam na representação do plano espacial, ressalta-se que embora existam essas dificuldades, principalmente com relação as barreiras impostas pela intervenção do Estado, é buscado com a pesquisa cartográfica, prezar o posicionamento dos mapas por meio de uma reestruturação que fragmente a visão positivista do mapa, de modo a colocar como evidencia as relações sociais do território no mapa, de modo que o indivíduo se sinta representado no mesmo, diante de uma nova proposta de delimitação.

O que acarreta uma contribuição significativa aos envolvidos, uma vez que a produção cartográfica passará a enriquecer-se através das contribuições deste novo aparato de conhecimento. Ainda com relação ao desentendimento, o antagonismo: movimentos tradicionais e Estado, implica a existência de uma relação complexa de interesses que divergem na medida em que este último exerce, através de suas relações de poder, ações que visam restringir as comunidades tradicionais por meio das pressões que exercem sobre as mesmas, na busca pela apropriação do território. Com a inserção da dinâmica favorecida aos grupos com o advento da nova cartografia, é proposto a estes, bem como se faz possível, participar junto as práticas preteridas pelo Estado mesmo que de forma indireta, por meio não apenas da produção cartográfica, mais do conhecimento que é adquirido por pelos agentes sociais na medida que interagem para esta construção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Povos e Comunidades tradicionais: nova cartografia social** / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Junior: Manaus, UEA, 2013.

_____. **Quilombos e novas etnias**/ Alfredo Wagner Berno de Almeida. – Manaus: UEA Edições, 2011.

ALMEIDA, Flávio Gomes de. **Ordenamento Territorial: coletânea de textos com várias abordagens no contexto brasileiro**/ Flávio Gomes de Almeida. Luiz Antônio Alves Soares (Organizadores).- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BARTH, Fredrik. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. Contracapa. 2000.



Volume Especial da Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral/CE, em parceria com o V Congresso Brasileiro de Educação Ambiental Aplicada à Gestão Territorial, v. 18, n. 2, p. 71-81, Set. 2016, <http://uvanet.br/rcgs>. ISSN 2316-8056 © 1999. Universidade Estadual Vale do Acaraú. Todos os direitos reservados.

- DUARTE, André Macedo de. **Poder soberano, terrorismo de estado e biopolítica**: Fronteiras cinzentas. Revista Selected Works, janeiro 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo, Martins Fontes, 1998. (p.11- 38).
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**/ David Harvey- São Paulo: Annablume, 2005.
- MAINARDES, Emerson Wagner, et all. **Conceitos de estratégia e gestão estratégica: qual é o nível de conhecimento adquirido pelos estudantes de gestão?** - Revista FACEF PESQUISA, Franca, v.14, n.3, p. 278-298, set./out./nov./dez. 2011.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da Espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009.
- PEREIRA, Evelyn Andrea Arruda. **A empresa e o lugar na globalização: a “responsabilidade social empresarial” no território brasileiro**. PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01082007-161146/pt-br.php>
- RANCIERE, Jacques. **O desentendimento** - política e filosofia / Jacques Rancière; tradução de Ângela Leite Lopes. — São Paulo: Ed. 34, 1996 144 p. (Coleção TRANS).
- SANTOS, Milton. **O novo mapa do mundo, Fim de século e Globalização**. Milton Santos. Maria Adélia A. de Souza. Francisco Capurano Scarlato. Monica Arroyo. (Organizadores) – São Paulo, 2002.
- _____. Et al. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SIMMEL, G. **A NATUREZA SOCIOLÓGICA DO CONFLITO**. In Moraes Filho, Evaristo (org.), *Simmel*, São Paulo, Ática, 1983.